

MULHERES QUE MORDEM, DE BEATRIZ LEAL:
NOVOS TEXTOS, VELHOS TEMAS

Dra. ALEXANDRA SANTOS PINHEIRO
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/CNPq)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
(alexandrasanpinheiro@gmail.com)

RESUMO: A literatura contemporânea surpreende pela criatividade, hibridismo e ressignificação do lugar do texto literário. Além disto, temáticas como a sexualidade, a miséria humana, a injustiça social e as relações de gênero ganham visibilidade, obrigando a enxergar um cotidiano automatizado. Por outro lado, o contemporâneo também é responsável por revisitar velhos temas, oferecendo uma releitura e um avivamento da memória histórica. Nascida dois anos depois do fim da ditadura militar (civil) argentina, a jovem escritora brasileira Beatriz Leal, em *Mulheres que mordem* (2015), rompe a fronteira geográfica e temporal para recompor a trajetória de Laura, Clara e Rosa, vidas literárias inspiradas nas histórias das “Abuelas de la plaza de mayo”. A análise aqui apresentada dialoga com os pressupostos da crítica feminista, a exemplo de Kehl (2008); Figueiredo (2020) e Dalgastagnè (1996).

Palavras-chave: Ditadura. Literatura contemporânea. Crítica feminista. Beatriz Leal.

Artigo recebido em: 29 maio 2021.
Aceito em: 17 jun. 2021.

MULHERES QUE MORDEM (WOMEN WHO BITE),
BY BEATRIZ LEAL: NEWS TEXTS, OLD THEMES

ABSTRACT: Contemporary literature surprises in terms of creativity, hybridity, and resignification of the place of the literary text. Beyond this, themes such as sexuality, human misery, social injustice, and gender relations gain visibility, forcing us to see an automated routine. On the other hand, the contemporary is also responsible for revisiting old themes, offering a reinterpretation and revival of historical memory. Born two years after the end of the Argentine military (civil) dictatorship, the young Brazilian writer Beatriz Leal, in *Mulheres que mordem (Women Who Bite)*, breaks geographical and temporal frontiers to recompose the trajectory of Laura, Clara and Rosa, literary lives inspired by stories of the “Abuelas de la plaza de mayo”. The analysis presented here dialogues with the assumptions of Feminist Criticism by Kehl (2008); Figueiredo (2020), and Dalgastagnè (1996).

Keywords: Dictatorship. Contemporary Literature. Feminist Criticism. Beatriz Leal.

INTRODUÇÃO

A literatura brasileira contemporânea tem sido um redescobrir de possibilidades temáticas e estruturais. Romances tecidos pela mescla de cartas, entrevistas, receitas, poemas e tantas outras possibilidades rompem espaços geográficos e nos permitem transitar por diferentes contextos políticos, sociais e culturais. Movidos pelo jogo duplo entre o revelar e o camuflar/o ficcional e o histórico, os jovens escritores contemporâneos têm se deslocado a contextos e territórios que não vivenciaram, no entanto, são redescobertos por um imaginário alimentado pela pesquisa e a sensibilidade do ouvir. Neste quesito, Beatriz Leal é exemplar. Nascida em São Paulo, em 1985, a escritora, jornalista e especialista em relações internacionais, mergulha nos enredos da ditadura militar do país vizinho, a Argentina. E inspirada nas *abuelas de la plaza de mayo* tece *Mulheres que mordem* (2015).

Aos 36 anos, Beatriz Leal já coleciona em seu currículo o fato de seu romance de estreia ter sido finalista do Prêmio Jabuti. Apesar desta proeza, o banco de teses da CAPES ainda não conta com uma dissertação ou tese que tenha se debruçado sob sua narrativa. Eurídice Figueiredo, em *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras* (2020), menciona a obra para exemplificar a construção do imaginário de “virilidade” masculina. Já em relação às pesquisas publicadas em artigos, minha análise contempla o texto da pesquisadora Natasha Centenaro, na *Revista Travessia*, em 2018 (Cf. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19369>. Acesso em 10/maio/2021).

Guiada por *Mulheres que mordem*, debruço-me nas leituras acerca da ditadura militar argentina, sobre a violência que o contexto impôs às mulheres que o combateram e, por último e não menos importante, sobre o processo de escrita pulsante desta escritora contemporânea. Pierre Nora, em artigo traduzido por Yara Aun Houry, teoriza uma memória que “não existe mais”, porém é avivada pelo desejo de “arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo” (NORA, 1993, p. 1). Já Aleida Assmann, que relê não apenas Piere Nora como outras referências importantes para o debate acerca da memória, lembra que o ato de rememorar implica a “[...] obrigação dos descendentes de perpetuar a memorização honorífica dos mortos” (ASSMANN, 2011, p. 37). E a isto ela chama de “Piedade”. Neste processo, “[...], a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos” (ASSMANN, 2011, p. 53).

O romance inaugural de Leal é, neste sentido, piedoso ao tentar “arrancar o que sobrou do vivido” pelas vítimas. A autora é despertada pelas avós da praça de maio e mergulha nas memórias guardadas em seus relatos e buscas para construir o seu texto literário e sua narrativa acerca dos traumas deixados pela ditadura argentina. Figueiredo (2017), embora esteja se referindo especificamente sobre a ditadura brasileira, lembra da importância da arte para refletir sobre os traumas históricos. Para a crítica, “não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e democrático” (FIGUEIREDO, 2017, p. 35). Para alcançar este espaço de avivamento da memória, Beatriz Leal, em sua narrativa, recompõe o passado a partir de múltiplas vozes, inclusive a do torturador. Por outro lado, o romance também conecta o leitor com o presente de Laura, a descendente das dores de Clara e de Rosa, e projeta para ela um futuro que seguirá marcado pelo sentimento de incompletude. A intensidade com que as três personagens femininas são construídas remete-me à entrevista que a autora concede à *Revista Seca*. Na ocasião, ela não hesita em se considerar uma feminista: “isso

é claro”, enfatiza a autora. E apesar de não se sentir preparada para debater teoricamente o conceito, deixa impressa a consciência de que ser feminista também é estar atenta aos discursos e às práticas sociais de injustiça:

Me revolta um pouco que num passado recente, e ainda tem famílias assim, as mulheres eram definidas pela família. Se elas vão ou não vão ter filhos, se são casadas ou não. Se você não trabalha, você é julgada, se você não casa você é julgada, se você não tem filho você é julgada. Mas que diabo! Não posso só ter um ou outro? Ou nenhum? Isso me irrita bastante. Que é mais sobre o meu universo também. Uma coisa que me irrita é quando me perguntam “Ah, o seu namorado te ajuda em casa?” Como assim “ajuda”, entendeu? E tem a questão do estupro. Eu acho muito covarde as pessoas falarem que a culpa é de como a mulher se veste (<https://revistaseca.com/artigos/entrevista-com-beatriz-leal/> Acesso em 10/maio/2021).

Esta consciência da autora pode ser percebida quando ela destaca tanto a alienação, incorporada por Elena, quanto a resistência/busca/luta por parte de Laura, Rosa e Clara. Laura, filha biológica de Clara, neta biológica de Rosa e filha adotiva de Elena é a personagem que somatiza (ainda que não tenha consciência de sua história) os efeitos dos silenciamentos, opressão, revolta e luto vivenciados pelas mulheres relacionadas à sua vida. Um narrador em terceira pessoa costura o enredo e seus deslocamentos, quando os capítulos focalizam Elena e Laura. O leitor é colocado diante de cada uma das personagens femininas como se estivesse assistindo a uma performance em que o refletor, ao iluminar a personagem, permite desnudar seus sentimentos, sua vivência e a sua participação no conjunto final da narrativa. Rosa, Roberto (testemunhas) e Ramiro (causador) do trauma, se expressam em primeira pessoa, dando, aos poucos, contorno à personagem Clara. Rosa aparece sempre por meio de cartas que escreve a Roberto, namorado de sua filha na época em que ela foi presa. Roberto se pronuncia apenas ao final, quando responde às cartas de Rosa. Já o espaço para a voz do opressor ocorre em seis consultas psicológicas, onde ele é tratado como “paciente García de los Ríos”.

No início deste texto, chamei a atenção para o rompimento da fronteira geográfica, histórica e cultural das obras contemporâneas e, neste quesito, mais uma vez, recorro às próprias palavras da autora para compreender o que despertou em uma literata brasileira o tema da ditadura militar argentina. Beatriz Leal revelou que a leitura sobre o tema em uma matéria da *The New Yorker* sensibilizou o seu olhar para a história das Avós da Praça de Maio: “[...]. Nossa, que loucura, como você não aprende isso na escola?” Assim, a temática inspirou a pesquisa que, por sua vez, culminou na construção de sua narrativa:

“[...] Fui à gráfica e imprimir a história de todas as *abuelas*, de todos os netos encontrados [...]”. Mas eu não vi esse processo como se estivesse fazendo uma pesquisa formal, uma pesquisa histórica. Fui de curiosa mesmo. De jornalista, talvez (<https://revistaseca.com/artigos/entrevista-com-beatriz-leal/> Acesso em 10/maio/2021).

A pesquisa realizada por Beatriz Leal a conduziu pelos sete anos de ditadura militar (civil¹) argentina. Em março de 1976, Isabelita Perón (María Estela Martínez de Perón) foi destituída do poder e a Argentina passou a ser governada por uma junta militar, composta pelo exército, marinha e aeronáutica. Em nome da ordem nacional, da guerra contra qualquer tipo de subversão e do combate ao regime considerado populista, o governo militar autorizou a perseguição, a tortura, e o assassinato de todas as pessoas que se opusessem aos seus ideais (NAVARRO & PALERMO, 2007). De acordo com Sader & Jinking (2006), cerca de 30 mil pessoas foram assassinadas durante estes sete anos de estado de exceção argentino.

A leitura da obra de Navarro & Palermo (2007) esclarece que o golpe de março de 1976 foi planejado com muita antecedência pelos grupos de extrema direita, compostos por paramilitares, militares e civis que compunham grupos inspirados por ideais fascistas, a exemplo da Aliança Anticomunista. Os pesquisadores também citam que cerca de três mil oficiais argentinos foram enviados aos Estados Unidos, entre os anos de 1960 a 1975, para receberem treinamento militar especializado. Como em todo processo ditatorial, o governo militar desumanizava os considerados perigosos para o “bem-estar” da nação e, uma vez destituídos de sua humanidade, era possível tratá-los com rigor e crueldade. O texto literário de Beatriz Leal dá destaque ao tratamento que mulheres grávidas (consideradas “subversivas”) e as suas crianças recebiam dos militares.

A historiadora Samantha Viz Quadrat lembra que o exército criou “Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o criminales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos (abril de 1977)” (QUADRAT, 2003, n/p.). Com bases nestas instruções, os filhos com mais de quatro anos de idade poderiam ser entregues a orfanatos ou às famílias de militares, uma vez que “estariam livres da má influência de seus pais” (QUADRAT, 2003, n/p.). Ao contrário destas, as que tivessem mais de 10 anos estavam condenadas à morte porque “já estariam “contaminadas” pela subversão de seus pais” (QUADRAT, 2003, n/p.). Ainda de acordo com Quadrat, o regimento instruía que os recém-nascidos deveriam

¹ Para Carlos Fico, as ditaduras na América Latina não teriam tido tanta força se não tivessem contado com o apoio da sociedade. Ler mais em FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

beneficiar as famílias dos militares que não podiam ter filhos. Para garantir que as mães não sobreviveriam ao parto, elas

eram submetidas a maus tratos que iam desde a prisão em quartos fechados até o uso de venda nos olhos, inclusive durante o parto. Após o nascimento da criança, mãe e filho eram separados. O destino da parturiente era normalmente o traslado, palavra usada como sinônimo de morte (QUADRAT, 2003, p. 171).

A busca por seus netos inspirou o surgimento da organização *Abuelas de plaza de mayo*, em 1977. O site <https://www.abuelas.org.ar/> traz informações permanentes acerca dos desaparecidos, das possíveis idades que teriam os netos e emocionantes relatos acerca dos reencontros. Dentre os ideais da organização, está o desejo de dar aos netos, e hoje também aos bisnetos, o direito a conhecer as identidades que lhes foram negadas:

En la ESMA, Campo de Mayo, Pozo de Banfield y otros centros de detención de la dictadura, funcionaron verdaderas maternidades clandestinas, incluso con listas de matrimonios en “espera” de un nacimiento, y unos 500 hijos de desaparecidos fueron apropiados como “botín de guerra” por las fuerzas de represión. Algunos niños fueron entregados directamente a familias de militares, otros abandonados en institutos como NN, otros vendidos. En todos los casos les anularon su identidad y los privaron de vivir con sus legítimas familias, de sus derechos y de su libertad (<https://www.abuelas.org.ar/abuelas/historia-9>. Acesso em 17/maio/2021).

A Argentina decidiu julgar e punir os militares envolvidos nas torturas, desaparecimentos e assassinatos, mas, como esclarece Maria Helena Capelato, este ato democrático revelou uma parcela da população civil que defendeu o esquecimento do período histórico, outra que requereu que os combatentes da ditadura fossem condenados por sua violência e uma terceira linha de pensamento a qual via na condenação dos militares uma reparação histórica com aqueles que foram submetidos às suas crueldades. Para estes, apenas a punição poderia honrar a memória das vítimas e assegurar que a Argentina nunca mais vivenciaria um estado de exceção (Cf. CAPELATO, 2006). Beatriz Leal integra o grupo daqueles que acreditam no dever da memória para assegurar o espaço de visibilidade. Ao responder sobre o processo de construção de suas personagens, a escritora destaca a *abuela* Estela de Carlotto:

[...] a presidente da Associação das Abuelas. Quando eu fiz o livro, ela ainda não tinha encontrado o neto dela. Ela o encontrou em agosto de 2014, que foi quando

eu fechei com a editora, olha que mágico! Ela presidiu, preside ainda, a associação por uns vinte anos. E não tinha encontrado o neto dela. Ajudou a encontrar de muita gente, dava força pras outras avós, ela era uma super líder, e não encontrava o dela. Nossa, ela é uma inspiração mesmo. Uma vez me perguntaram se eu vejo a cara das personagens. Eu não vejo. Minhas personagens não têm cara. Mas na Rosa eu vejo um pouco a Estela. In: <https://revistaseca.com/artigos/entrevista-com-beatriz-leal/>. Acesso em 10/maio/2021.

Antes da análise do romance, não posso deixar de destacar o título *Mulheres que mordem* e o seu diálogo com as plantas carnívoras que ilustram a capa da primeira edição. Uma das características deste tipo de planta, de acordo com Vanessa dos Santos, seria a de produzir o seu próprio alimento e de ter uma constituição que lhe permite digerir os insetos que complementam a sua alimentação (Cf. <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/plantas-carnivoras.htm>, Acesso em 17/maio/2021). O título e a imagem que o acompanha, portanto, se abre a muitas interpretações. *Mulheres que mordem* podem remeter ao medo dos militares em relação à capacidade de sobrevivência de suas presas e, talvez por isto, eles fossem tão cruéis com elas. Em uma das “consultas” de Garcia de Los Ríos, ele revela que “tirar informação de uma mulher, que normalmente resiste mais que os homens, com método que você está aplicando e controlando, é um jogo de sedução” (LEAL, 2015, p. 79).

De qualquer maneira, a mordida pode representar as situações de tensão vivenciadas pelas personagens femininas. A mãe adotiva de Laura, Elena, contava cada uma de suas mastigadas quando estava na presença do marido: “Cinquenta e nove eram muitas mordidas em um só pedaço de pão” (LEAL, 2015, p. 17). Laura destrói com a boca as suas escovas. Ela “[...] morde as escovas de dentes. Quando escova os dentes, Laura perde o controle da sua força mandibular” (LEAL, 2015, p. 44). Mas também pode, e eu prefiro ficar com esta visão, representar a força para resistir, para digerir o mal e seguir adiante, ainda que a luta seja em vão. No último capítulo em que o militar é focalizado, ele revela como Clara, durante a tortura, “[...] contraia o músculo das bochechas, o tempo todo, compulsivamente”. Depois de morta, apesar do tempo que passou na prisão e do corpo desfalecido, “os lábios carnudos dela se recusavam a empalidecer” (LEAL, 2015, p. 90-91). *Mulheres que mordem*, portanto, remete à força de Clara, de Rosa e de Laura, cada uma à sua maneira, no conjunto desta narrativa, são flores que mordem, que digerem e que resistem.

RESSIGNIFICANDO AS DORES ARGENTINAS... E TAMBÉM AS NOSSAS

No capítulo que inaugura o livro *Literatura brasileira contemporânea*: um território contestado, Regina Dalcastagnè, dentre outras discussões, ressalta a tendência do romance contemporâneo em promover a “multiplicidade de pontos de vistas” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 20). Ainda assim, lembra a crítica, o texto literário não alcança incluir todas as representatividades. Embora esteja tratando do contexto da literatura brasileira, sua reflexão faz lembrar de que a obra *Mulheres que mordem*, apesar de polifônica, abrindo espaço de fala inclusive ao torturador, é uma narrativa que destaca pessoas ilustradas e com recursos financeiros. Rosa era professora de piano e conseguiu se instalar no bairro mais caro de Buenos Aires. Ficam excluídas desta representatividade, portanto, as famílias das vítimas incapacitadas financeiramente para ter forças de reclamar por seus entes. Ainda assim, Leal se desloca em três dimensões: geográfica, linguística e temporal, para ressignificar imagens de uma ditadura que marcou a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai, dentre tantas outras realidades latino-americanas.

Beatriz Leal cria um espaço de visualização dos sujeitos que, com o tempo, vão se tornando apenas números e integrando o geral de uma memória histórica. Em sua obra, as vítimas são particularizadas e as dores recuperadas e, nesta construção literária, obrigam o leitor a se voltar ao passado para rever as atrocidades cometidas contra os que lutaram pela democracia. Ao tratar da ditadura militar brasileira, Dalcastagnè destaca “a obrigação de não esquecer” e, no mesmo debate, refere-se à arte como um espaço de refúgio para as dores “dos mortos, dos torturados e humilhados” (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 15). Em *Mulheres que mordem*, o espaço da dor das *abuelas de la plaza de mayo*, está organizado em uma narrativa dividida em 32 capítulos e um recado ao final: “A ditadura da Argentina, os desaparecidos e as cerca de 500 crianças sequestradas e adotadas por famílias de militares e policiais da década de 1970 são reais. As avós da Praça de Maio também são. O resto é ficção” (LEAL, 2015, p. 115). São capítulos curtos que enfocam a perspectiva de cada personagem a partir de cartas, consultas psicológicas e um narrador onisciente.

Elena e Laura são apresentadas pelo narrador em terceira pessoa, onisciente, que revela não apenas as ações externas como também aquilo que passa no plano emocional das duas. Já as partes que destacam Rosa são expostas por ela mesma, por intermédio de Cartas que Rosa dirige a Roberto, ex-companheiro de Clara, a filha morta pelos militares. García de los Ríos, o militar responsável por torturar e matar Clara, sequestrar e adotar a sua filha, nascida nos porões da prisão, aparece a partir das entrevistas estabelecidas em

algo nomeado pelo romance como “consultas”. Por fim, duas cartas de Roberto dirigidas a Rosa encerram o enredo.

As muitas personagens, trazidas de maneira fragmentada, relacionam-se umas com as outras e, ao conectar estas memórias individuais, os leitores alcançam uma visão mais ampla do contexto histórico e de como as marcas da opressão resistem em seus descendentes. Elena é a personagem que abre o enredo. Ela é casada com o militar Garcia de los Ríos e será a mãe adotiva da neta de Rosa, a quem dará o nome de Laura. Elena tem saúde frágil e a ela o romance dedica apenas quatro capítulos. Na primeira vez em que aparece, há um destaque para o tema da maternidade. Ela “pensava no cansaço e como poderia ter a inteligência emocional para criar outra pessoa” (LEAL, 2015, p. 5). Mas um câncer no útero a faz rever suas ideias e lhe impulsiona para a adoção.

Dentre os motivos para desejar a maternidade, estaria a possibilidade de “resolver todos os problemas com o marido” (2015, p. 5). Há também aqui a indicação da boa condição de vida desfrutada pelo casal, que vivia em uma “casa de dois andares no bairro nobre da cidade portenha” (LEAL, 2015, p. 5). A segunda vez que Elena é trazida para o romance ao leitor é revelada a relação de tensão vivida entre ela e o marido. Eles se conheceram em 1972, quando Ramiro era tenente-coronel, mas a esposa só se lembrava disto quando ele caminhava com seus passos firmes, como se estivesse marchando. Fora seus passos, ele tinha “a voz macia, que nada combina com sua profissão. Ramiro era carinhoso, compreensivo, alegre, risonho: um santo” (LEAL, 2015, p. 15). Elena não se apaixonou por ele, mas sim pela maneira com que Ramiro se encantou por ela. Além disto, ele satisfazia “as expectativas de sua mãe, de sua avó e das vizinhas” (2015, p. 16). O marido sabia disto e também reconhecia a importância de um filho para que a esposa pudesse “impressionar as vizinhas”.

Elena é caracterizada como uma pessoa alienada (alheia) a tudo o que estava passando em sua casa e fora dela também. Ela não questiona a origem da criança que adotou, não se interessa pelo trabalho do marido e pelo papel que ele desempenhava dentro do contexto da ditadura militar: “Iluminar-se-ia uma cidade inteira fosse reunida toda a energia que Elena gastava para simplesmente não pensar” (LEAL, 2015, p. 34). Já no último capítulo dedicado a ela, há o seu encontro com Rosa, a avó de Laura. Elas se aproximavam em um parquinho. Enquanto conversam, Elena não olha os “olhos castanhos” de Rosa, provoca o narrador. Em estágio terminal do câncer, ela buscava se concentrar em Laura e no amor que cultivou por ela. E, assim, da mesma maneira alienada com que viveu, Elena promove a aproximação de Rosa com a neta que ela tanto procurava: “-E qual seria o melhor dia e horário para eu levar Laura para uma aula experimental?” (LEAL, 2015, p. 71).

A ditadura sempre atinge a toda uma nação, mas ocorre que nem todas as pessoas se sentem atingidos por ela. Há o imaginário consolidado entre alguns de que apenas os desordeiros foram punidos pelas mãos rigorosas dos militares. Um discurso construído, na época, também pelo governo militar, para que a população acreditasse no discurso de que só eram combatidos os que sujeitos que perturbavam a tranquilidade social. Em *O espaço da dor* (1996), Dalcastagnè, ao se referir ao contexto da ditadura militar brasileira, lembra que,

[...] os militares transformavam cada um desses homens e mulheres em terríveis criminosos comuns e comemoravam sua prisão e seu assassinato nas manchetes dos jornais. Era a forma encontrada para mostrar que tudo estava sob controle, que o regime era mais forte e garantiria a “tranquilidade” da Nação (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 49).

Elena precisava contar as vezes que mastigava ou os passos do marido para superar a tensão na qual a presença dele lhe causava. Apesar disto, ela, casada com um militar, parecia mesmo estar acima de qualquer tensão nação. Não questionou quando recebeu das mãos dele uma criança para satisfazer o seu desejo de maternidade e para ser um *status* diante das vizinhas. Elena estava, portanto, segura em sua alienação. Já o marido Ramiro fala por si mesmo, distante no tempo e no espaço. Ele está em Brasília, conseguiu transferência assim que o processo de redemocratização foi iniciado. Quando fugiu de Buenos Aires, Elena já havia morrido de câncer e na capital brasileira criou Laura e refez sua vida, casando-se novamente. No enredo de Leal, o torturador é o paciente que, durante seis consultas, todas elas ocorridas em 1992, ganha o espaço para expressar o seu ponto de vista da história.

Vale ressaltar, entretanto, que este espaço é vigiado pelo olhar atento de uma psicóloga consciente de que, diante dela, está um torturador disfarçado de enfermo para fugir da justiça argentina. Na primeira consulta, no dia 06 de junho de 1992, ele mesmo revela estar ali pela sugestão de um colega, para quem a terapia poderia “ajudar a reduzir a pena no caso de um julgamento” (LEAL, 2015, p. 23). Inicialmente, Ramiro tenta forçar um sentimento de culpa, que vai sendo apagada ao longo das sessões. O que se revela é um militar que tinha orgulho do papel que desempenhou: “sabia as perguntas certas a fazer. Sabia métodos de fazer os rebeldes falarem. [...]. Eu sentia prazer em conseguir as informações” (LEAL, 2015, p. 51). Quando os socos, chutes, estupros, choques culminavam na morte do interrogado, o algoz se dedicava a acompanhar os instantes finais de sua vítima:

Eu ficava olhando pra pessoa, até perceber o exato momento em que a vida saía dos olhos dela. É horrível e fascinante ao mesmo tempo. Mas só por um segundo. Depois fica apenas horrível. Aí eu chamava um cabo pra lidar com o corpo e eu ia pra algum outro rebelde gritar. Só pra gritar. Pra conseguir informações com a tortura, o torturador tem que ter, antes de tudo, força mental. Não dava depois de ter matado alguém sem querer (LEAL, 2015, p. 79).

Como defendi anteriormente, a narrativa do militar Ramiro García de los Ríos é vigiada. Ele tem o espaço para revelar seus sentimentos de culpa e a sua crença em Deus, mas o que se sobressai é a prática feroz de um homem que, ao olhar para o passado, consegue justificar seus atos como sendo providos de um profissional competente. O mesmo é relacionado sobre as sessões de estupros, já que se ele “não estuprasse junto, viraria piada no centro. Seria bicha ou comunista”. Fora do espaço do exército, Ramiro também se sentia intimidado pela esposa, por isto, “nos dias de estupros, voltava com medo e nojo” (LEAL, 2015, p. 77-78). Na última consulta, no dia 15 de agosto de 1992, Clara é trazida como uma imagem que atormenta os sonhos do militar: “ela era uma das cabeças das uniões universitárias, que escrevia e editava aqueles jornalecos da esquerda peronista estudantil” (LEAL, 2015, p. 89). Sobre os últimos da “subversiva”, ele testemunha:

[...] Foram umas três horas de tortura, intensa. A gente tava com muita raiva. Deixamos ela viva, ela pariu os bebês no nosso hospital, com médicos nossos, e ela não falava. Ela não falava. A gente não parou. Não sei qual foi a hora que ela morreu. Depois mandamos os cabos lidarem com o corpo. Eles devem ter simulado um enfartamento suicida (LEAL, 2015, p. 91).

Conforme o relato, a tortura ocorreu logo depois que Clara deu à luz a um casal de gêmeos, Ramiro ficou com a menina e, sobre o menino, nada dito. Uma simbologia das tantas crianças que nunca puderam ser devolvidas às suas famílias de origem. A Argentina começou a julgar os envolvidos com a ditadura militar em 2005, depois que a Corte Suprema de Justiça destituiu as leis que impossibilitavam o julgamento dos crimes contra a humanidade ocorridos nos anos do estado de exceção. Em 1987, a corte argentina tinha dado ganho de causa aos militares, livrando-os de qualquer penalização pelos crimes cometidos (GUEMBE, 2005). Mas Ramiro García de los Ríos, refugiado no Brasil desde o fim da ditadura, sabia que a pressão popular e das famílias atingidas pelas atrocidades cometidas reverteria esta situação.

E é por isto que o torturador, assassino e estuprador aceita deitar-se no divã. Seus amigos estão fazendo o mesmo e, assim, no momento do julgamento,

eles também poderão se apresentar como “vítimas” atormentadas pelas consequências de atos praticados no exercício do trabalho, na necessidade de cumprir ordens recebidas. No emocionante livro de Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, a crítica enfatiza as questões morais que atravessam o julgamento e a punição daqueles que cometeram crimes contra a humanidade em contextos de guerra:

Resta, porém, um problema fundamental, que está implicitamente presente em todos esses julgamentos pós-guerra e que tem de ser mencionado aqui porque toca uma das grandes questões morais de todos os tempos, especificamente a natureza e a função do juízo humano. O que exigimos nesses julgamentos, em que os réus cometeram crimes “legais” é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar o certo do errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas o seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos a sua volta (ARENDR, 1999, p. 318).

Tomo emprestado esta reflexão para situar o contexto da ditadura militar latino-americana. Ramiro conta a sua versão dos fatos para fugir do julgamento. Além disto, não há nele culpa, apenas a convicção “do dever cumprido”. Ele refez a sua vida, sem dar a chance para que as suas vítimas fizessem o mesmo. A *abuela* Rosa, neste sentido, seguiu sendo torturada por este militar que sabia extrair/esconder informações.

A partir das nove cartas que a avó envia a Roberto, ex-companheiro de sua filha, a narrativa focaliza o desespero por informação, o desejo do reencontro com o que restou de Clara e da luta para não desistir. O gênero carta permite que Rosa se pronuncie em primeira pessoa, dando o seu ponto de vista e fazendo sentir de maneira mais intensa a sua dor. A primeira carta endereçada a Roberto é feita no dia 6 de setembro de 1981. Nela, Rosa avisa que foi notificada sobre a morte de Clara e reflete sobre a angústia de chegar ao fim da busca. Para ela, era este movimento que lhe dava a esperança de encontrar uma pessoa viva. Pelo ponto de vista da mãe, Clara é descrita como uma pessoa forte, ativa: “[...] Quando começou a falar, a pensar e a escrever então... Havia dias em que eu não podia acreditar que aquela pessoa, que aquelas ideias de um mundo mais justo tivessem saído de mim” (LEAL, 2015, p. 12). A segunda carta revela a Roberto como foi o reconhecimento dos restos mortais, era impossível saber se era ou não da filha, mas para poder sair de lá, Rosa preferiu assinar tudo o que foi solicitado: “Eu não guardaria um segredo sequer sob tortura”. Ao sair do quartel, é interpelada por uma jovem que lhe entrega o endereço das Avós da Praça de Maio para que ela pudesse se certificar se não havia outras

informações a respeito de Clara. Assim, a busca que ela temia acabar passava a ser renovada.

Apenas no ano seguinte, 1982, Rosa volta a escrever para Roberto. Ela reclama do seu silêncio e constrói uma reflexão metafórica sobre a sua vida estar aprisionada a Buenos Aires, “minha vida fica condenada ao tom melancólico de um ré menor – quando os leigos pensam que, no piano, o que dá o tom de melancolia são as teclas pretas, mal sabem eles que muitos dos acordes menores são feitos sem ele” (LEAL, 2015, p. 39). O que a prende à cidade, depois da morte declarada da filha, é o desejo de seguir buscando algo que tenha sobrado dela. A esperança para este projeto é encontrada na Associação das *Abuelas*. Neste espaço, ela descobre que o laudo médico indicou a morte de Clara por enforcamento, o que lhe causa “certo orgulho de pensar na possibilidade de que aqueles trogloditas talvez não afogaram Clara até sua morte”. Ela preferia acreditar que a filha “controlou seu próprio fim” (LEAL, 2015, p. 46). A criticidade de Rosa lhe permite questionar, inclusive, as informações recebidas da associação:

Nesse monopólio de informações – seja do governo ou dos sindicatos, que querem mais associados – não dá para saber se existe um lado que está genuinamente apurando a verdade. Todos querem angariar credores e fica difícil depositar toda sua confiança em um dos lados. Mas escolhi acreditar nas avós da Praça de Maio (LEAL, 2015, 47).

Escolher acreditar dá a ela a possibilidade de seguir uma busca que a mantém viva. Órfã, viúva, diante dos supostos ossos da única filha, restava a Rosa a busca por uma criança, que seria seu neto ou sua neta: “[...] É por isso que as avós da associação ficam obsessivas na busca. Elas podem não ser absolutamente mais nada, não são mais mães, mas são avós. De netos ou de fantasmas, são avós” (LEAL, 2015, p. 60). Nesta nova razão de vida, Rosa volta a ser professora de piano e se muda para o bairro da Recoleta, onde se encontra grande número de famílias de militares. Na carta de 10 de abril de 1983, informa sobre a nova vida de professora de piano e o primeiro encontro com Laura e Elena. No relato de Rosa, Elena se apresenta como uma mulher fria, sem desejo de esticar conversa, mas, ao final, acertam para que Laura passe a fazer aulas de piano. Sem saber, Rosa vai passar um bom tempo de convívio com a sua neta. Ao final da carta, Roberto é animado por ela a voltar para a Argentina: “o país já respira os primeiros ares da democracia e o governo militar está em total descrédito com essa história das Malvinas” (LEAL, 2015, p. 82).

Rosa se refere à guerra travada pelo regime militar argentino, em 1982, contra o Reino Unido pela posse das Ilhas Malvinas. Ao perder a guerra, o

governo militar ficou desmoralizado, levando à renúncia do General Leopoldo Galtieri. Menos de dois anos depois, o país iniciava a transição para a retomada da democracia. De acordo com o site Memorial da ditadura, os próprios militares argentinos relataram abusos de seus superiores: fome, tortura, dentre outras situações vivenciadas culminaram, posteriormente, no suicídio de cerca de 400 ex-combatentes (Cf. <http://memorialdademocracia.com.br/card/ditadura-argentina-perde-nas-malvinas-1>. Acesso em 19/maio/2021).

Na penúltima carta, Rosa detalha a aproximação com Laura, a constatação do quanto ela era parecida com Clara, mas, ao mesmo tempo, o medo de proceder a uma denúncia e ser privada do convívio. Também narra uma aproximação com Ramiro, que passa a buscar Laura, devido ao agravamento do câncer da esposa, que teria, segundo ele, pouco tempo de vida. A iminente perda do militar a faz ter empatia por ele: “as avós da Confeitaria da Violeta não podem nem sonhar que eu cheguei a ter dó de um militar” (LEAL, 2015, p. 95). Em 13 de janeiro de 1985, a última carta revela que Ramiro interrompeu as aulas de piano de Laura depois que viu um papel das avós da praça de maio em sua casa: “[...] Ele foi rude com Laura desnecessariamente. E não deixou o cheque do mês. Eles nunca mais vão voltar, Roberto. Socorro” (LEAL, 2015, p. 95). E é com um pedido/grito de socorro que Rosa interrompe a sua participação no enredo. E o apoio que ela esperava de Roberto chega apenas em 22 de maio de 2007.

Roberto ainda estava vivendo em Búzios, onde tinha um restaurante. Na noite anterior, havia conversado com uma jovem argentina (que o leitor sabe ser Laura) muito parecida com Clara: “[...], os lábios grossos dela e o olhar dela fascinados de prestar atenção na minha história me deram vertigem. Parecida demais com a Clara” (LEAL, 2015, p. 114) e, embora ela fosse filha de militar, ele teve coragem de narrar a perseguição, a prisão da antiga namorada e a sua fuga para o Brasil. Apenas naquele momento ele se via pronto para dizer a Rosa porque ele havia se apaixonado por Clara. Mas tudo fica em aberto. Estaria Rosa viva em 2007? Laura voltaria ao restaurante? Estreitariam laços? Neste ponto, a narrativa acompanha a imprevisão da própria vida e mostra, pela perspectiva da vida de Laura, como os traumas, de alguma maneira, acompanham os descendentes daqueles que foram brutalmente separados de seus entes queridos.

Neste sentido, por ser a personagem que carrega, ainda que inconscientemente, as marcas deste cruzamento de histórias e de vidas, preferi deixar os capítulos destinados a ela por último. É Laura quem faz lembrar que o velho tema da ditadura resiste nas vidas de quem o viveu e também no imaginário coletivo. A focalização dada a Laura é diferente da que recebe Elena. É possível justificar a escolha de Beatriz Leal para que apenas estas duas

personagens sejam apresentadas a partir de um narrador onisciente, uma vez que ambas ignoram que as atrocidades da ditadura argentina também as atingiram. No entanto, a ignorância da mãe adotiva se dá por uma escolha: ela decide não querer saber. Já a de Laura é provocada pela ausência de conhecimento. Nos momentos em que a narrativa se detém em sua história, o leitor compreende os mecanismos utilizados por Ramiro para privar Laura de qualquer informação que levasse à sua origem. Dois anos depois da morte de Elena, eles se mudam para Brasília; perdem o contato com a família dela; intensificam as aulas de português para que Laura esquecesse o espanhol e alimenta uma relação entre filha e pai amparada pelo silêncio.

Apesar de desconhecer a história por detrás da vida que foi construída para ela, Laura sente os efeitos das dores que lhe geraram e, inconscientemente, recupera as angústias, a solidão, a procura interminável em seu cotidiano e na maneira com que se vê e se relaciona com o mundo. Para dar conta deste interior, o narrador lança mão de metáforas que tentam expor o mundo interior da filha de Clara. Laura é uma advogada e mora sozinha (isto quando não está dividindo aluguel com amigos ou com namorados). Emocionalmente, a jovem advogada traz uma sequência de problemas psíquicos, a exemplo da bulimia e da agressividade, “[...]. Às vezes vomita no banheiro para desengordar daquela fatia de bolo [...]. Às vezes cria discussões desnecessárias no trabalho. Laura cria problemas porque é viciada em executar soluções” (LEAL, 2015, p. 7).

Laura é tomada por um inconsciente que lhe perturba porque ela não consegue dar forma àquilo que lhe falta. Lembra-se de como a mãe Elena lhe falava da importância de agradecer, mas “a gratidão que sua mãe tentou lhe ensinar é o vazio, a peça do quebra-cabeça que falta [...]. O vazio, a falta da peça, toma conta de seu corpo” (LEAL, 2015, p. 9). Impossível não recorrer à psicanálise para pensar nos sentimentos de Laura. Maria Rita Kehl, ao refletir sobre o conceito de inconsciente para Freud e Lacan, destaca que “O inconsciente está justamente onde isso fala e interfere no discurso” (KEHL, 2008, p. 26). A personagem é marcada por uma sensação de incompletude, que ela preferia buscar na convivência com as pessoas de fora de sua família, “[...]. As pessoas alheias à família proporcionam para Laura a ilusão de complementação do quebra-cabeça. Mas essa sensação é sempre efêmera e superficial” (LEAL, 2015, p. 21). E este quebra cabeça não pode ser montado por Laura, porque, para parafrasear Kehl, ela não sabe o que diz, nem sequer que fala (KEHL, 2008, p. 26).

Ainda assim, há um processo de mudança de perspectiva/amadurecimento de Laura, demarcado pelos referenciais temporais “antes”, quando ela “chorava baixinho” e “hoje”, quando ela “grita”. E o grito, no ato de encarar-se e pensar em si, faz com que Laura tenha coragem de afrontar

cenar esvaecidas da infância. Nestes momentos, ela se lembra da professora de piano de sua infância, “das unhas roídas e dos dedos que tremiam na hora de servir o suco” (LEAL, 2015, p. 19) e “Laura sente falta da professora de piano”. No hoje, ela buscou se aproximar da identidade argentina que o pai lhe negou. Estava matriculada em aula de tango e de espanhol. Mas, em uma das aulas de idioma, ministrada por uma professora de 40 anos, a memória de Laura é provocada,

De repente Laura é transportada para a infância e a imagem deixa de ser impressionista para ganhar o foco perfeito. A chave certa que se encaixa na fechadura, [...]. Encaixe. Laura lembra dos traços da mãe e de seus lábios finos e como se questionava por que seus lábios eram tão grossos, [...]. Lembra do sabor doce do suco de laranja feito pela professora todo final de aula de piano (LEAL, 2015, p. 73-74).

O emaranhado de imagens a sufoca e ela desiste da aula de espanhol, do tango e da viagem para Buenos Aires. Junto com o namorado, vai para Búzios, onde jantará no restaurante do pai biológico, Roberto, e ouvirá dele um resumo da história de Clara, a mãe que Laura desconhece. O último capítulo dedicado à personagem, na realidade, é uma peça da narrativa totalmente comandada pelas conjecturas do narrador. Ele prevê um futuro para Laura. Um espaço dedicado a uma “visão macro” de sua vida. Nas hipóteses levantadas pelo narrador, Laura seguirá sem saber que esteve em Búzios, por 40 minutos, com o seu verdadeiro pai; que na infância foi aluna de piano de sua avó materna; que a mãe foi brutalmente morta pelo homem que lhe deu o sobrenome; que ela tem um irmão, que pode estar vivo ou morto. De sua mãe Clara, Ramiro buscou extrair informações; para Laura, ele nada revelou, privando-a de qualquer possibilidade de ter consciência de sua origem:

[...]. Ela não vai saber porque a vida real não é tão óbvia, eles não vão se olhar simplesmente e se reconhecerem pai e filha porque “caramba, como somos parecidos”. A vida real é mesmo esses desencontros entre crianças adotadas e seus pais verdadeiros em caixas de supermercado, filas de banco, o carro do lado no engarrafamento, ou o menino que passa dando folhetos no sinal, de carro em carro, ouvindo dois segundos de trechos de música de estilos diferentes, que ardem em volumes variados em cada carro, e de sertanejo para rock para reggae para pagode para trilha Ghost. Não se sabe se aquela pessoa com quem se acaba de cruzar é parcialmente responsável para que se esteja exatamente onde está (LEAL, 2015, p. 108).

Ao final, volto a Ramiro García de Los Ríos, o militar torturador, que retém a memória capaz de unir todas as demais vidas e de recuperar o irmão gêmeo de Laura. Ramiro tinha o poder da lei para espancar, matar, sequestrar. Despido de seu uniforme, longe dos quartéis argentinos e das instruções que ele deveria seguir, o torturador segue enraizado nele. Como observa Figueiredo, “[...], os torturadores que continuam resistindo ao debate também sofrem do mesmo sentimento de irrealidade porque eles ultrapassam os limites do humano e não foram punidos, como deveriam ter sido” (FIGUEIREDO, 2017, p. 33). Ramiro escolheu guardar consigo as informações que poderiam aliviar os tormentos de Rosa em sua busca incessante pelo que sobrou da filha e de Laura, em sua eterna sensação de incompletude.

CONCLUSÃO

“Se a principal arma do torturador é a certeza desse silêncio, garantia da impunidade e da eficiência de sua tortura, a única defesa da vítima é a memória, espaço onde ainda pode ecoar a voz do outro”, defendeu Dalcastagnè (1996, p. 135). E este espaço literário construído por Beatriz Leal ecoa os tantos relatos tecidos pela dor da perda e pela busca (fiel esperança do reencontro). As personagens de papel, Clara, Rosa e Laura, são marcadas pelos desencontros. Ainda que não saibam, Rosa e Laura estiveram juntas por um tempo, desfrutaram da música, do bolo e do suco. Como destaca o narrador, o efeito que se desejou alcançar, nos fragmentos que costuram o enredo, era justamente este, elas partilharam do afeto esperado entre avó e neta sem se reconhecerem como tal. *Las abuelas de la plaza de mayo* vivem a partir de um passado desfalecido e de uma busca incessante.

O leitor que acompanha a polifonia de vozes coloca-se como um privilegiado, já que a ele chegam as informações ansiadas pelas personagens. E assim, consciente dos fatos expostos, quem lê o enredo retoma as cenas de uma história que talvez não tenha vivido, assim como Beatriz Leal, que nasceu quando a democracia argentina havia sido reestabelecida. Mas é preciso coragem para rever os fatos, denunciar os abusos, reavivar a memória dos mortos para que os países que sofreram a opressão de um Estado de exceção valorizem a sua democracia, ainda que, muitas vezes, ela se apresente de maneira pálida e contraditória. A anistia proposta aos torturadores busca o apagamento dos horrores impostos; a arte permite o contraponto, escancarando tudo o que os opressores tentam esconder. *Mulheres que mordem* é, portanto, um espaço literário aberto à resistência, à memória e ao despertar de uma consciência histórica.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. “Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história”. In. *CLIO: Revista de pesquisa histórica*, n. 24, 2006, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758>. Acesso em: 15/maio/2021.

DACASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: editora Horizonte, 2012.

DACASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GUEMBE, María José. Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar Argentina. In. *Sur. Revista internacional de direitos humanos*. Volume 2, n. 03. São Paulo, dezembro de 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452005000200008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19/maio/2021.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LEAL, Beatriz. *Mulheres que mordem*. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. N. 10, dezembro de 1993, p. 01-22. Trad. Yara Aun Khoury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 21/maio/2021.

NOVARA, MARCOS & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1973-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PINHEIRO, Alexandra dos Santos. *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal: novos textos, velhos temas. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 1 (2021), p. 281-299. Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 ago. 2021.

QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *História* [online]. 2003, vol. 22, n. 2, p. 167-181. ISSN 1980-4369.

SADER, Emir & JINKINGS, Ivana et.al (coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ALEXANDRA SANTOS PINHEIRO é mestra em Literatura e Historiografia Literária pela UNESP-Assis (2002) e doutora em Teoria Literária pela UNICAMP (2007), com pós-doutorado pela Universidad de Jaén (2012) e pela Universidad de Salamanca (2018), ambas na Espanha. Atualmente é professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando como professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Letras, na linha de pesquisa Literatura e Estudos Regionais, Culturais e Interculturais. Dentre suas publicações estão o livro *A trilogia de Susana Gertopán: Identidades em (des)construção* (Pontes, 2017) e a organização das coletâneas *Literatura e relações de gênero: vozes femininas nas Américas e outras fronteiras* (Edunioeste, 2016) e *O que contam estas mulheres? Memória e representação na literatura latino-americana* (2019).